



Proc. _____
Fls. _____
Ass. _____

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

TERMO DE FOMENTO N.º 007/2020-SAS

Termo de Fomento que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**, por meio da sua Secretaria de Assistência Social e Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD, e a Aldeias Infantis SOS Brasil - SBC sediada no Município de São Bernardo do Campo, com o objetivo de custear despesas emergenciais em função do estado de calamidade pública e enfrentamento ao COVID-19.

Por este instrumento, as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 46.523.239/0001-47, representado por, **CARLOS ALBERTO GARCIA ROMERO**, **Secretário de Assistência Social**, de conformidade com Decreto Municipal nº 20.312/2018, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e, de outro, a Aldeias Infantis SOS Brasil - SBC, com endereço na Rua Teresina Captânio Fantinati, 47, Bairro Jardim Colonial, São Bernardo do Campo/SP – CEP 09861-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 35.797.364/0019-58, inscrita no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA sob nº 06 e Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS sob nº 21-I, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, neste ato representada por **Alberto Guimarães dos Santos / Carlos Alberto da Silva**, portador do [REDACTED] e do Cadastro de Pessoa Física nº [REDACTED], doravante designada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, têm, entre si, justo e acordado, o presente Convênio, consoante às cláusulas e condições seguintes, sujeitando-se o **MUNICÍPIO** e a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, nos termos previstos: na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e suas alterações, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias envolvendo ou não transferência de recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil; Decreto Municipal nº 20.113, de 12 de julho de 2.017, que trata sobre o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a Municipalidade e as Organizações da Sociedade Civil e suas alterações; Lei nº 6159, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011 -dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, sobre o conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente de São Bernardo do Campo - CMDCA/SBC, sobre o conselho tutelar e o fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente, e dá outras providências; decreto nº 18.490, de 13 de maio de 2013 - fixa normas e procedimentos operacionais do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente; Resolução CONANDA N° 137, de janeiro de 2010, que regulamenta os parâmetros para a criação e funcionamento dos fundos Nacionais, Estaduais e Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.



Proc. _____
Fls. _____
Ass. _____

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.0 - O presente ajuste tem por objetivo e finalidade de custear despesas emergenciais em função do estado de calamidade pública e enfrentamento ao COVID-19, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado e ratificado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (registrado em ATA nº 687-RE, de 24/06/2020 – Resolução Normativa CMDCA nº 459, de 17/07/2020) encartado às fl. 100 a 122 do Processo Administrativo nº SB 54.765/2020-75, que passa a fazer parte deste Instrumento, independentemente de sua transcrição, para a execução do seguinte objeto, com repasse de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente – FUMCAD, vinculado à Secretaria de Assistência Social – SAS, **visando beneficiar o atendimento de até 20 crianças e adolescentes.**

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.0 - Para execução do presente Termo de Fomento, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- I - Analisar e deliberar o Plano de Trabalho proposto pela **Organização da Sociedade Civil - OSC**;
- I - Transferir os recursos financeiros previamente estabelecidos no Plano de Trabalho, mediante depósito em conta bancária específica da **Organização da Sociedade Civil - OSC**;
- II - Acompanhar, monitorar e avaliar o cumprimento do objeto do presente Convênio, na forma estabelecida na cláusula quinta, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de execução do serviço, observado a legislação pertinente às normas do controle interno e externo;
- III - Exigir da **Organização da Sociedade Civil - OSC** o saneamento de eventuais irregularidades observadas em decorrência do acompanhamento, do monitoramento e da avaliação deste Termo;
- IV - Receber a prestação de contas e analisar a execução do objeto, segundo o Plano de Trabalho, e encaminhá-la ao Departamento de Controladoria da Secretaria de Finanças, na forma do disposto na cláusula décima primeira;
- VI - Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e submetê-lo à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **Organização da Sociedade Civil - OSC**, na forma estabelecida na cláusula quinta;
- VII - Emitir, por intermédio do gestor da parceria, parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata a cláusula quinta.
- VIII - Proceder a publicação resumida deste Termo e de seus aditamentos na imprensa oficial, no prazo legal.
- IX - Inscrever a **Organização da Sociedade Civil - OSC** como inadimplente – Sistema de Contabilidade e Finanças do Município de São Bernardo do Campo, nas hipóteses previstas, e observando o disposto no Decreto Municipal 20.113/2017 e suas alterações;



Proc. _____
Fls. _____
Ass. _____

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

- IX - Comunicar ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, por intermédio do Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência, qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada pela parceira na utilização dos recursos ou bens de origem pública, bem como o desfecho do respectivo procedimento administrativo instaurado e demais providências adotadas, inclusive quanto à restituição de eventuais saldos de recursos e rendimentos de caderneta de poupança.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

3.0 - Para execução da presente parceria, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** obriga-se a:

- I - Disponibilizar os valores correspondentes a sua contrapartida, de acordo com as especificações previstas no plano de trabalho;
- I - Abrir conta bancária específica para as movimentações desta parceria, isenta de tarifas bancárias, em instituição financeira pública, com agência sediada em São Bernardo do Campo, conforme orientações da Secretaria de Assistência Social;
- II - Manter na conta bancária supracitada, os recursos recebidos por intermédio da parceria e, enquanto não utilizados, aplicar, obrigatoriamente, em caderneta de poupança, quando tiverem previsão de uso igual ou superior a 1 (um) mês;
- III - Reverter, ao objeto da parceria, os rendimentos obtidos em caderneta de poupança, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;
- IV - Cumprir e fazer cumprir as instruções que receber do **MUNICÍPIO**, relacionadas aos serviços a serem executados, e garantir o livre acesso dos agentes do **MUNICÍPIO**, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- V - Apresentar ao **MUNICÍPIO** a prestação de contas dos recursos recebidos, na forma estabelecida na cláusula décima primeira;
- VI - Manter em sua sede e em boa ordem, à disposição do **MUNICÍPIO** e do Tribunal Contas do Estado de São Paulo - TCESP, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, os documentos originais que compõem a prestação de contas e demais registros contábeis;
- VII - Manter os recursos em conta bancária específica, conforme disposto no inciso II, efetuando movimentações somente para pagamento das despesas decorrentes da execução do presente Termo de Fomento, ou para aplicação em caderneta poupança;
- IX - Restituir ao **MUNICÍPIO**, preferencialmente até o último dia de vigência da parceria, limitando-se ao prazo de 30 (trinta) dias de sua conclusão, eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em caderneta de poupança, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos;



Proc. _____
Fls. _____
Ass. _____

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

- X - Restituir ao **MUNICÍPIO**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da denúncia, rescisão, ou extinção da parceria, eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em caderneta de poupança, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos;
- XI - Proceder com a utilização dos recursos repassados em conformidade com o estabelecido no Plano de Trabalho;
- XII - Emitir Relatório de Execução do Objeto, contendo as atividades desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, seguindo as instruções e modelos estabelecidos pelo gestor da parceria, conforme a periodicidade abaixo:
- a) Mensalmente: para fins de liberação de recursos para as despesas mensais de custeio, conforme cronograma previsto no Plano de Trabalho;
 - a) Quando do encerramento da parceria e fim de exercício fiscal: contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados durante o exercício, o qual servirá de base, sem prejuízo de outros elementos, para a emissão do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação por parte do **MUNICÍPIO**;
- XIII - Realizar cotação de preços, para aquisição de bens e serviços necessários à execução deste Termo, sempre em conformidade com os princípios da transparência, legalidade, moralidade, economicidade e da eficiência;
- XIV - Obter, de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da Organização da Sociedade Civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas;
- XV - Assumir as despesas referentes às multas, juros ou correção monetária, bem como as despesas referentes a atrasos nos pagamentos;
- XVI - Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, devendo incluir no mínimo:
- a) Data de assinatura e identificação do Termo de Fomento e da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**;
 - a) Nome da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;
 - b) Descrição do objeto da parceria;
 - d) Valor total da parceria e valores liberados;
 - d) Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;
 - e) Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

3.1 – Em conformidade com o Artigo 42 da Lei Federal nº 13.019/2014, é de responsabilidade exclusiva da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**:



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Proc. _____
Fls. _____
Ass. _____

- I - O gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
 - I - O pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO** a inadimplência da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** em relação aos referidos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução, ressaltando-se, ainda, que a remuneração de equipe de trabalho, desde que aprovado no Plano de Trabalho, com recursos transferidos pelo **MUNICÍPIO**, não gera vínculo trabalhista com o ente transferidor.
- §1º A inadimplência do **MUNICÍPIO** não transfere à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.
- §2º Eventuais débitos oriundos de reclamação trabalhista serão suportados exclusivamente pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**.
- §3º **Havendo o encerramento da parceria o Município não arcará com despesas relativas à estabilidade legal decorrente de acidente de trabalho, licença médica prolongada, licença maternidade, tampouco com despesas relativas a processos trabalhistas.**

CLÁUSULA QUARTA DA REFORMULAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

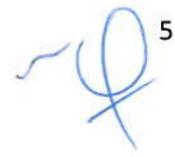
4.0 - Excepcionalmente, admitir-se-á à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** propor a reformulação do Plano de Trabalho, através de justificativa por ofício, que será apreciada pelo Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – DGSUAS (Seção de Monitoramento e Avaliação), sendo vedada a mudança do objeto, valores, metas e vigência a parceria.

4.1 - A reformulação do Plano de Trabalho prevista no item anterior, deverá ser proposta pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, com as devidas justificativas, entretanto, a OSC somente poderá proceder a alteração de fato, após ser oficiado pelo DGSUAS que houve o deferimento de sua solicitação.

CLÁUSULA QUINTA DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

5.0 - Fica assegurado o livre acesso dos agentes da municipalidade e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e outros órgãos fiscalizadores, devidamente identificados, para acompanhar, a qualquer tempo e lugar, a todos os documentos, informações, atos e fatos praticados relacionados direta e indiretamente a este Termo, quando em missão fiscalizadora e/ou auditoria, bem como os locais de execução dos respectivos objetos.

5.1 - O gestor da parceria, com base nos apontamentos da equipe técnica responsável pela emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria celebrada mediante o Termo de Fomento, emitirá parecer técnico conclusivo no final do exercício fiscal e no encerramento da parceria, e submeterá o relatório técnico de monitoramento e avaliação

 5





MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Proc. _____
Fls. _____
Ass. _____

elaborado pela Municipalidade à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela OSC, o qual deverá conter, sem prejuízo de outros elementos:

- I. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;
- III. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de Fomento;
- V. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

5.2 – O monitoramento e a fiscalização exercidos pelo MUNICÍPIO não exclui e nem reduzem as responsabilidades das **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações/serviços desenvolvidos para a execução do objeto deste Termo.

CLÁUSULA SEXTA DOS BENS PERMANENTES

6.0 – Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos provenientes da celebração da presente parceria deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade (patrimônios), sendo que a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** deverá formalizar, quando da aquisição, produção ou transformação dos bens, a emissão imediata do Termo de Doação, conforme modelo fornecido pela administração pública, transferindo sua propriedade ao **MUNICÍPIO**. A guarda e conservação dos bens serão de responsabilidade da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, até a conclusão do objeto, ou extinção do serviço executado.

6.1 - Fica assegurado ao **MUNICÍPIO**, quando da conclusão do objeto ou extinção desta parceria, o direito de propriedade e uso dos bens remanescentes, adquiridos, produzidos ou transformados, em decorrência de sua execução, os quais serão encaminhados ao Serviço de Almoarifado da Secretaria de Assistência Social, cabendo a este Serviço a responsabilidade pela guarda, controle, conservação e posterior destino desses bens aos Equipamentos da Assistência Social.

CLÁUSULA SÉTIMA DO VALOR E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.0 – Os recursos financeiros para a execução deste Termo serão custeados pelo **MUNICÍPIO**, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD, para o cumprimento das metas estabelecidas conforme o Plano de Trabalho, no valor total de R\$ 159.447,72 (cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e dois

6



Proc. _____
Fls. _____
Ass. _____

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

centavos), a ser repassado à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** de acordo com o cronograma de desembolso discriminado abaixo:

- Financiamento FUMCAD (AUXÍLIO) no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), onerando-se a dotação orçamentária: AUXÍLIO - 36.365.4.4.50.42.00.08.243.0021.2456.03 cód. reduz. 2012-9 - PA. 7450/2020 CÓD. APLICAÇÃO 03.312.022, ou a correspondente nos anos subseqüentes a ser creditado conforme cronograma de desembolso:

Cronograma de Desembolso – CAPITAL – R\$ 18.000,00	
Parcela 1	R\$ 18.000,00

- Financiamento FUMCAD (Subvenção) no valor de R\$ 141.447,72 (cento e quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos), onerando-se a dotação orçamentária: SUBVENÇÃO - 36.365.3.3.50.43.00.08.243.0021.2456.03 cód. reduz. 2013-7 - PA. 7449/2020 CÓD. APLICAÇÃO 03.312.022, ou a correspondente nos anos subseqüentes a ser creditado conforme cronograma de desembolso:

Cronograma de Desembolso – CUSTEIO – R\$ 141.447,72	
Parcela 1	R\$ 50.074,62
Parcela 2	R\$ 16.074,62
Parcela 3	R\$ 27.074,62
Parcela 4	R\$ 16.074,62
Parcela 5	R\$ 16.074,62
Parcela 6	R\$ 16.074,62
	R\$ 141.447,72

CLÁUSULA OITAVA DA TRANSFERÊNCIA

8.0 - A transferência devida pelo **MUNICÍPIO** à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** será efetuada através de depósito em conta bancária específica, aberta pela **OSC** para esta finalidade, conforme disposto no inciso II da cláusula terceira.

Dados Bancários: Bco 001 / Ag. [REDACTED] / c/c [REDACTED]

CLÁUSULA NONA DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS E DA FORMA DE REPASSE

9.0 - A liberação dos recursos para as despesas mensais de custeio está vinculada ao cronograma financeiro previsto no Plano de Trabalho aprovado.

9.1 - O repasse se efetuará até o dia 28 (vinte e oito) de cada mês, mediante apresentação pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, na Secretaria de Assistência Social do **MUNICÍPIO**, até o dia 10 (dez) de cada mês, dos seguintes documentos:



Proc. _____
Fls. _____
Ass. _____

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

- I. Relatório de Execução do Objeto, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto no mês anterior ao repasse e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II. Lista de atendidos;
- III. Certificado de Regularidade do FGTS- CRF;
- IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- V. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- VI. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários.

Caso o dia 10 seja em final de semana ou feriado, o Relatório de Execução do Objeto e a lista de atendidos devem ser entregues no dia útil que antecede o mesmo, evitando-se assim atrasos no repasse dos recursos.

9.2 - O primeiro repasse será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis após a data da publicação da parceria.

9.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III. Quando a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo **MUNICÍPIO** ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

9.4 - Na utilização dos recursos transferidos, deverão ser respeitados os limites de categoria (custeio e capital), segundo a natureza da despesa e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS VEDAÇÕES

10.0 - A presente parceria deverá ser executada com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

- I - Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- I - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - Realizar despesa em data anterior e posterior à vigência desta parceria;
- IV - Realizar despesas com multas, juros, taxas ou mora, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos e a título de taxa de administração;

10.1 - É vedada a celebração de qualquer modalidade de parceria prevista na Lei Federal 13.019/2014, a entidade que se enquadre nos termos do artigo 39 da referida legislação, bem



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Proc. _____
Fls. _____
Ass. _____

como a entidade que possuir, dentre seus dirigentes, servidor ou empregado da Administração Pública Municipal direta ou indireta, bem como ocupantes de cargo em comissão.

10.2 - É vedada a utilização de valores da parceria com destinação incerta e não comprovada na prestação de contas, advertindo-se que:

- I. No caso de débito não comprovado na conta específica do Termo de Fomento, serão calculados os rendimentos que seriam auferidos a partir da data daquele débito;
- I. Após o cálculo da alínea anterior, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** será notificada para que se proceda a devolução do valor debitado e da rentabilidade calculada, imediatamente, à conta específica da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS TÉCNICA E FINANCEIRA

11.0 - A prestação de contas dos recursos recebidos através desta parceria será apresentada à Secretaria de Assistência Social, conforme o disposto abaixo:

- I - Apresentação pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** do Relatório de Execução Financeira, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, contendo os documentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP e demais legislações pertinentes, de acordo com as orientações do **MUNICÍPIO**.

11.1 - Para fins de fiscalização e acompanhamento das atividades anualmente desenvolvidas, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** deverá apresentar até o dia 30 (trinta) de janeiro do ano subsequente à conclusão do Termo de Fomento, os documentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP e demais legislações pertinentes, conforme orientações do **MUNICÍPIO**.

11.2 - A prestação de contas deverá ser juntada em expediente próprio pela Secretaria de Assistência Social, para a análise da execução do objeto e posterior encaminhamento ao Departamento de Orçamento e Controladoria da Secretaria de Finanças, para a efetivação da análise quanto à execução financeira da parceria.

11.3 - A falta de prestação de contas no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO** importará na imediata suspensão das liberações subsequentes;

11.4 - Considerando a necessidade de que a administração pública preste contas nos termos das Instruções nº 02/2016 do TCESP, o **MUNICÍPIO** deverá observar o disposto nas referidas Instruções, ficando a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** obrigada a apresentar, com medida de urgência e sempre que o **MUNICÍPIO** solicitar, qualquer documentação que lhe seja pertinente.

11.5 - As prestações de contas serão avaliadas:

- I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;



Proc. _____
Fls. _____
Ass. _____

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

- II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:
- a) Omissão no dever de prestar contas;
 - a) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
 - b) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
 - c) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO

12.0 - O prazo de vigência deste Termo, a contar da data de assinatura do presente, será de **06 (seis) meses**, que corresponde ao período estabelecido no Plano de Trabalho para a execução do objeto.

12.1 - A parceria poderá ser rescindida por mútuo consentimento, ou por iniciativa de qualquer das partes, manifestada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

12.2 - A denúncia ou a rescisão da presente parceria, de iniciativa do **MUNICÍPIO**, ocorrerá quando da constatação do inadimplemento injustificado das cláusulas pactuadas, bem como, entre outras, das seguintes situações:

- I. Utilização dos recursos em desacordo com o objeto da parceria;
- I. Falta da prestação de contas no prazo estabelecido;
- II. Não adoção por parte da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, das medidas saneadoras eventualmente apontadas pelo **MUNICÍPIO** na execução da parceria;
- III. Em caso de dissolução da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA PUBLICAÇÃO

13.0 - A publicação, por extrato, da presente parceria, será providenciada pelo **MUNICÍPIO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura, em meio oficial de publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

14.0 - Pela execução desta parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal 13.019/2014 e legislação específica, o **MUNICÍPIO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC** as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- I - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs do **MUNICÍPIO**, por prazo não superior a dois anos;



Proc. _____
Fls. _____
Ass. _____

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

- II - Declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II desta cláusula.
- III - As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
- V - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
- V - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO FORO

15.0 - Para qualquer dúvida ou ação que possam decorrer da execução desta parceria, esgotando-se a tentativa de solução administrativa com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante deste **MUNICÍPIO**, fica eleito o Foro desta Comarca, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.1 - Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por estarem assim ajustados, e para que produza efeitos legais, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Bernardo do Campo, em 15 de outubro de 2020.


Carlos Alberto Garcia Romero
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Alberto Guimarães dos Santos / Carlos Alberto da Silva
PRESIDENTE

Testemunhas:

1. Luana R. Siqueiredo Patachini
NOME / RG / CPF

RG:

CPF:

2. 
NOME / RG / CPF

Deyane Nascimento Feres e Garcia

RG:

CPF:

PLANO DE TRABALHO

Custeio de despesas em apoio ao enfrentamento da Pandemia do Corona vírus – COVID-19, através do fundo Municipal da Criança e do Adolescente de São Bernardo do Campo _ FUMCAD/SBC.

Nome do Serviço: Aldeias Infantis SOS Brasil – Unidade São Bernardo do Campo

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Período de Atendimento: 24 horas

Dia da semana: Ininterrupto

Valor total: **R\$ 159.447,22**

Período de execução: 6 meses

Número de Atendidos: 20 crianças e adolescentes

Número total de profissionais vinculados a execução direto do serviço: 10

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.0 DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade			
Nome:	Aldeias Infantis SOS Brasil – Unidade São Bernardo do Campo		
CNPJ:	35.797.364/0019-58		
Endereço:	Rua Teresina Capitaneo Fantinati, 47		
Bairro:	Jardim Colonial	CEP:	09861-600
Cidade:	São Bernardo do Campo	Telefone:	(11) 4335-6647
E-mail:	sbcampo.sp@aldeiasinfantis.org.br		
Registro CMAS:	21	Registro CMDCA:	006
Registro CEBAS:	71000.091465/2014-13 (protocolo)	Vencimento do Registro CEBAS:	
Utilidade pública	Municipal ()	Estadual ()	Federal (X)



1.1 Dados do Presidente ou representante legal:

Nome	Carlos Alberto da Silva	Data Nasc.	██████████
RG:	██████████	Órgão Exp.	SSP/SP
CPF:	██████████	Mandato	31/12/2021
Endereço:	██████████		
Bairro:	██████████	CEP:	09861-550
Cidade:	São Bernardo do Campo	Telefone:	(11) 4335-6647
E-mail:	carlos.silva@aldeiasinfantis.org.br		

Obs.: preencher com os dados pessoais do representante legal

1.2 Dados do responsável Técnico:

Nome	Marcio Lopes Campos Tacchi		
RG:	██████████	Órgão Exp.	SSP/SP
CPF:	██████████		
Cargo:	Coordenador de Serviços		
Telefone:	(11) 4335-6647	E-mail:	marcio.tacchi@aldeiasinfantis.org.br

Alvará de funcionamento: () sim (X) não

Licença Sanitária (VISA): () sim (X) não

2 JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a situação emergencial que se impõem face ao estado de calamidade pública e de emergência, por conta da pandemia do coronavírus – COVID – 19, tivemos que readequar todas as nossas atividades nas casas lares e também na dinâmica de trabalho dos nossos colaboradores. Na busca de minimizar a disseminação do vírus dentro do serviço de acolhimento, seguindo os protocolos estabelecidos pelos órgãos competentes da área da saúde, foi necessário seguir os protocolos estabelecidos para o cuidado de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, o que vem ocorrendo a partir de meados de março de 2020, e desde então todas as atividades relacionadas ao cuidado e ao desenvolvimento integral das crianças e adolescentes passaram a acontecer dentro da casa lar.

Visando assegurar o desenvolvimento familiar, para o não rompimento dos vínculos foi necessário recorrer à tecnologia, e o contato

com os familiares vem acontecendo por meio virtual. A fim de assegurar o direito inviolável à educação estamos mantendo uma relação muito próxima as unidades escolares, entretanto, o ensino a distância imputa incomensuráveis desafios para o aprendizado no serviço de acolhimento, além da falta de estrutura tecnológica as cuidadoras tem este desafio somado ao contingente de tarefas que se ampliaram devido à pandemia, sendo necessário o apoio de profissionais que possam auxiliar o desenvolvimento das crianças e adolescentes neste período de pandemia.

Dado ao caráter de alta transmissibilidade do CORONAVIRUS se faz necessário adotar medidas que atenuem os riscos tanto na relação entre os profissionais da instituição, quanto das crianças e adolescentes, nesse sentido além dos protocolos dos órgãos públicos, Aldeias Infantis SOS Brasil conta com protocolo próprio que é atualizado sempre que surge uma nova informação. Entendendo que as cuidadoras são nosso elo mais estratégico medidas cautelares que reduzam a exposição das mesmas são necessárias, obrigando-nos a ter especial atenção ao traslado na saída e no retorno das folgas, a fim de evitar que o percurso no transporte público dissemine a contaminação no serviço.

3 OBJETIVO GERAL

Subsidiar as despesas de manutenção e o cuidado das crianças e adolescentes acolhidos no serviço de acolhimento institucional modalidade casa lar, devido à aplicação da medida protetiva (art. 98 do Estatuto da Criança e Adolescente) e em situação de risco pessoal e sociais, cujas famílias ou responsáveis se encontram temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

4 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Preservar os vínculos com a família de origem, salvo por determinação judicial contrário;
- Promover o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes acolhidos;



- Garantir a proteção das crianças e adolescentes acolhidos com vistas ao atendimento das orientações de enfrentamento ao CORONAVIRUS;
- Garantir a proteção dos colaboradores com vistas ao atendimento das orientações de enfrentamento ao CORONAVIRUS;
- Garantir a qualidade no atendimento do serviço de acolhimento com a reposição e contratação no quadro de colaboradores.

5 EXECUÇÃO

Endereço de Execução do serviço

Número de atendidos:	10	Faixa etária:	0 a 17 anos 11 meses
Rua:	Jamelão, 10		
Bairro:	Fei Mizuho		
Cidade:	São Bernardo do Campo	CEP:	09855-750
Telefone:	(11) 4335-6647	E-mail:	sbcampo.sp@aldeiasinfantis.org.br

Número de atendidos:	10	Faixa etária:	0 a 17 anos 11 meses
Rua:	Miosotis, 278 antigo 176		
Bairro:	Jardim Lavínia		
Cidade:	São Bernardo do Campo	CEP:	09811-100
Telefone:	(11) 4335-6647	E-mail:	sbcampo.sp@aldeiasinfantis.org.br

6 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A SEREM DESENVOLVIDAS:

(Conforme o disposto no art. 6º da Resolução nº459 CMDCA/SBC).

Estratégia	Ações
Ampliação temporária e/ou substituição do quadro de recursos humanos	Contratar profissionais para recompor os colaboradores afastados por conta do CORONAVIRUS.
Compra de insumos para proteção individual dos colaboradores	Comprar equipamentos de proteção individual para os colaboradores.
Compra de insumos para proteção individual para crianças e adolescentes	Comprar equipamentos de proteção individual para as crianças e adolescentes.
Manutenção do espaço externo	Compra de materiais para manutenção e



	adaptação do cômodo externo, na casa lar da miosótis, com vistas a atendimento das orientações ao distanciamento social.
Aquisição de bens permanentes	Compra 10 tablets e 2 computadores para o ensino a distância simultânea.
Minimizar o aumento dos custos dos serviços com despesas de custeio	Subsidiar o traslado das cuidadoras com abastecimento do veículo da organização; despesas com utilidades públicas (água, luz, internet, TV a cabo e gás), compras de material de limpeza e higiene pessoal e compra de material com cama, mesa e banho.

7 CRONOGRAMA

Mês	1	2	3	4	5	6
Ação						
Ampliação temporária e / ou substituição do quadro de recursos humanos	X	X	X	X	X	X
Compra de Insumos para proteção individual dos colaboradores	X		X			
Compra de Insumos para proteção individual para crianças e adolescentes	X		X			
Manutenção do espaço externo	X					
Aquisição de bens permanentes	X					
Minimizar o aumento dos custos dos serviços com despesas de custeio	X	X	X	X	X	X

8 RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIRO

8.1 Recursos Humanos

Quant.	Cargo ¹	Formação	Carga horária	Vínculo ²	Custo Mensal Total
			Mensal		
1	Técnico de Nível Superior	Nível Superior	220h	2	R\$ 2.500,00
2	Cuidador (a) Substituto	Ensino Médio	Intermitente carga hora (7 x 3 dias)	1	R\$ 5.274,62
1	Educador Social	Nível Superior	220h	2	R\$ 3.000,00
2	Educador Social	Nível Superior	120	2	R\$ 3.300,00



¹ Na coluna cargo, registrar nomenclatura conforme será apresentado na prestação de contas, seguido, entre parênteses () a correspondência de função conforme descrito no referencial técnico de cada serviço

² 1- Empregado 2- Autônomo

8.2 Recursos Materiais despesas

(Conforme o disposto no art. 6º da Resolução nº459 CMDCA/SBC).

Quantidade	Categoria - Outros materiais de consumo	R\$ 51.000,00
	Material de Higiene e Limpeza, cama, mesa e banho, gás, materiais para pequenas adequações e reformas, combustível e compra de EPIS.	
Quantidade	Categoria - Outros serviços de terceiros	R\$ -
Quantidade	Categoria - Utilidades Públicas	R\$ 6.000,00
	Água e Esgoto, Eletricidade, Telefone, TV e Internet.	
Quantidade	Bens permanentes	R\$ 18.000,00
	2 Computadores e 10 tablets.	

8.3 Aplicações dos Recursos Financeiros do FUMCAD/Despesas de Custeio¹

Itens de Despesa	Salário Total	Encargos trabalhistas e previdenciários ²	Total
1 – Recursos Humanos – CLT	R\$ 20.478,96	R\$ 11.168,26	R\$ 31.647,22
2 – Recursos Humanos – Autônomos	R\$ 52.800,00	_____	R\$ 52.800,00
Total Geral	R\$ 73.278,96	_____	R\$ 84.447,72

¹ A entidade deve apresentar elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;

² A entidade deve declarar estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto.



8.4 Aplicação de Recursos

Categoria ou finalidade de despesas		FUMCAD/MÊS	TOTAL
I	Rec. Humanos (1)	R\$ 5.274,62	R\$ 31.647,22
II	Rec. Humanos (2)	R\$ 8.800,00	R\$ 52.800,00
III	Gêneros Alimentícios	-----	-----
IV	Outros materiais de consumo	R\$ 8.500,00	R\$ 51.000,00
V	Outros serviços de terceiros	-----	-----
VI	Utilidades Públicas (3)	R\$ 1.000,00	R\$ 6.000,00
VII	Bens e materiais permanentes	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
	TOTAL	R\$ 41.574,62	R\$ 159.447,22

Quadro de despesas presente no Demonstrativo de Receita e Despesas (TCE-SP).

Utilizar somente as categorias pertinentes ao desenvolvimento do serviço.

(1) Salários, encargos e benefícios.

(2) Autônomos e pessoa jurídica.

(3) Energia elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet.

9 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

Parcela	Valor
1º	R\$ 68.074,62
2º	R\$ 16.074,62
3º	R\$ 27.074,62
4º	R\$ 16.074,62
5º	R\$ 16.074,62
6º	R\$ 16.074,62
Total	R\$ 159.447,72

10 PRESTAÇÕES DE CONTAS

A prestação de contas fica sujeita às normas legais e regulamentos que regem a execução orçamentária e financeira, sendo que a prestação de contas referente aos recursos previstos será disponibilizada em ato específico, onde se orienta a obrigatoriedade da guarda de toda documentação comprobatória dos gastos, atendendo as disposições da Portaria SNAS n 124, de 29 de junho de 2017, ficando à disposição dos agentes da Municipalidade e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



ALDEIAS
INFANTIS SOS
BRASIL

São Bernardo do Campo, 28 de agosto de 2020.

Carlos Alberto da Silva
Presidente

Marcio Lopes Campos Tacchi
Responsável Técnico